

Liderança Compartilhada e Defesa: um estudo sobre a Unasul¹

Prof. Dr. Israel Roberto Barnabé²

Resumo

Atualmente, as pesquisas voltadas aos processos de integração regional deparam-se com o esgotamento dos modelos teóricos tradicionais, muito vinculados às questões econômicas e, na prática, representados principalmente pelas experiências do Nafta e da União Europeia. O presente trabalho busca discutir a integração a partir da esfera política e dos possíveis concertos de interesses cuja expansão poderia resultar em uma integração mais bem alicercada. De maneira mais específica, o estudo, pautado em premissas gramscianas, analisa a possibilidade da criação de uma liderança compartilhada na América do Sul na área da Defesa, vislumbrando desdobramentos políticos importantes para a consolidação da integração na região.

A questão teórico/metodológica: uma breve discussão

Uma das questões contemporâneas mais centrais sobre os processos de integração sul-americanos é a necessidade da busca de um modelo integracionista próprio. Os principais modelos que têm influenciado, de certa forma, o desenvolvimento da integração na América do Sul – especificamente estadunidense e europeu – são hoje questionados e, indubitavelmente, não respondem às especificidades e às expectativas da região.

Com relação, especialmente, aos interesses dos Estados Unidos, é importante verificar a disseminação da ideologia neoliberal e o viés economicista das propostas de integração. Na América do Sul, a implementação das premissas do Consenso de Washington a partir da década de 1990 aprofundou os problemas econômicos, redundando no agravamento da questão social. Esse resultado negativo colocou em xeque o modelo neoliberal (chamado por alguns de desertificação neoliberal), provocou a subida ao poder de governos de centro-esquerda e, do ponto de vista da integração regional, acirrou as críticas aos pressupostos estadunidenses presentes no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e às discussões, engavetadas desde

¹Artigo apresentado no XII Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), realizado em Londres de 20 a 23 de agosto de 2014 com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, Brasil.

² Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe.
E-mail: israelbarnabe@gmail.com

2005, para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que englobaria os 34 países da região (excluindo Cuba).

A principal crítica feita ao modelo representado pelo NAFTA e pela ALCA é a exclusividade dada à questão econômica, dentro dos preceitos liberais. É fato que, nos anos 1990, as experiências de integração sul-americanas também foram impactadas pelo chamado “caminho único” apontado pelo neoliberalismo. Entretanto, com o passar do tempo, percebeu-se que outros temas e outras questões deveriam compor a agenda da integração e que a participação de outros atores sociais também era fundamental para os avanços integracionistas.

Os avanços do Mercado Comum do Sul (Mercosul) são um bom exemplo de como esse processo se deu. Embora as primeiras discussões sobre o Mercosul, na década de 1980, tivessem um cunho político, principalmente no que tange à diminuição dos conflitos de interesse e das animosidades que marcavam as relações entre Brasil e Argentina, sua constituição em 1991 (já no cenário globalizado e marcado pelo discurso liberal) deu ao bloco uma roupagem essencialmente econômica. Posteriormente, os estados-membros e outros grupos sociais começaram a repensar as diretrizes e o papel a ser desenvolvido pelo Mercosul, e novos temas, para além do econômico, passaram a fazer parte do bloco. Atualmente, há na estrutura do Mercosul, grupos de trabalho vinculados a interesses diversos, tais como: meio ambiente, cultura, educação, direitos humanos, a questão social, a democracia, etc. Este avanço institucional, que vai além das questões econômicas, mostram a abrangência da ideia de integração na América do Sul e impossibilita que a visão estadunidense seja utilizada aqui como um modelo a ser seguido.

Com relação à União das Nações Sul-Americanas (Unasul), desde sua constituição em 2008, nota-se que a abrangência de sua agenda de atuação também é uma característica fundamental e mostra a singularidade da integração na região. Conforme apontamos em outro trabalho,

Diferente de outros blocos que comumente iniciam o processo de integração através de acordos econômicos para depois avançar para esferas institucionais e políticas, a Unasul parece percorrer o caminho inverso, ou seja, surge a partir de discussões políticas sobre a necessidade de um maior compromisso dos países com a convergência de interesses, que se expressam, em seguida, nas bandeiras do novo sujeito: a

criação do Conselho de Defesa e a coordenação de acordos em diversas áreas.³

Ao analisar as possibilidades e os desafios da integração sul-americana, Marcos Costa Lima parece ter preocupações semelhantes às que apresentamos neste artigo ao afirmar que,

Um proyecto capaz de abrir uma nueva fase para la región, estaria anclado em la inclusión social, a través de políticas sociales estructuradoras, de recuperación de las infraestructuras básicas de vivienda, saneamiento, salud y educación, em las políticas efectivas de combate a la pobreza y al paro, em la reforma agraria, pero también em políticas de apoyo a la industria pequeña y mediana, que produce para el mercado interno, en el apoyo indispensable al avance tecnológico y a la innovación.⁴

Juntamente com a abrangência de temas que compõem a agenda da integração regional na América do Sul, outra característica que distancia a região de outros modelos está ligada ao formato institucional.

Na Europa, por exemplo, os avanços históricos da integração culminaram, do ponto de vista do aprofundamento institucional, na criação de instituições supranacionais que elaboram programas regionais de ação. Embora saibamos que Alemanha e França têm sido os pilares da Europa regional, são as instituições supranacionais que garantem o esforço contínuo em prol da União Europeia, para além dos interesses nacionais dos membros que a compõem. De certa forma, pode-se afirmar que os órgãos supranacionais, especialmente o Conselho Europeu que define as orientações e prioridades políticas gerais, são os motores da integração europeia.

Por sua vez, os organismos regionais na América do Sul (especialmente Mercosul e Unasul) estão organizados, institucionalmente, no modelo intergovernamental. Ou seja, são os estados-membros (todos com direito a voto e veto) que, através de consenso, decidem os rumos desses organismos. O principal problema nesse formato é a dificuldade de criar consensos e de se estabelecer um concerto de

³ BARNABÉ, I. R. Unasul: desafios e importância política. Revista Mural Internacional. Ano II, Nº 1. Rio de Janeiro, junho de 2011.

http://www.muralinternacional.uerj.br/pdf/6/Mural_ANOII_n1_artigo6.pdf. Acesso em 15/10/2012.

⁴ COSTA LIMA, M. La Encrucijada de la Integración Regional em América del Sur. BRICEÑO RUIZ, J.. (Editor) *El Mercosur y las complejidades de la integración regional*. Buenos Aires, Teseo, 2011, p. 69.

interesses comuns entre os países que possibilite o avanço dos processos. Uma questão que pode ser colocada é a seguinte: neste formato institucional, que muitas vezes esbarra em posturas antagônicas dos governos nacionais, qual é o motor integracionista da América do Sul?

Considerando a pequena contribuição que os modelos de integração regional (especialmente da Europa e dos Estados Unidos) oferecem às análises dos processos vivenciados pela América do Sul e, do ponto de vista teórico, a necessidade de uma abordagem crítica, para além do *mainstream* representado, fundamentalmente, pelo idealismo neoliberal e pelo realismo, buscamos investigar as experiências integracionistas da América do Sul a partir de outro cunho teórico: a abordagem gramsciana.

Muitos estudos têm sido realizados ultimamente sobre a vida e a obra de Antonio Gramsci. A preocupação de vários estudiosos em retomar os escritos desse autor para auxiliar a compreensão das sociedades contemporâneas mostra a atualidade de Gramsci e sua importância no mundo acadêmico. Embora não tenhamos aqui a intenção de analisar com detalhes os conceitos e os pensamentos de Gramsci - dadas a complexidade dos mesmos e a impossibilidade de analisá-los adequadamente dentro dos limites de um artigo - buscaremos esboçar algumas ideias do autor, com a preocupação central em mostrar as contribuições que este pode dar às análises sobre os processos de integração na América do Sul.

A base teórica de fundo para a análise dos processos de integração na América do Sul a partir dos eixos estatais de cooperação que embasam esses processos repousa sobre os conceitos gramscianos de Hegemonia, Consentimento Ativo e Cultura Política.

É importante aqui afastar o conceito de Hegemonia da ideia de dominação. Quando Gramsci analisa o sistema capitalista, mostra que a burguesia exerce dominação ao estabelecer seus interesses particulares de classe e, através da subordinação ideológica e do uso da força, faz com que esses pareçam ser os de toda a sociedade, gerando aceitação e conformismo generalizados. A Hegemonia (ou Direção), por outro lado, se constitui como um modo específico de exercício do poder onde, através do consentimento ativo das massas, segmentos da sociedade passam a se sentir representados, de fato, nas decisões políticas. Assim, o conceito de Hegemonia constitui-se enquanto "(...) um processo de articulação de diferentes interesses ao redor de uma gradual e sempre renovada implementação de um projeto para a transformação da sociedade." (Dagnino, E., 1998, p.6)

No caso dos processos de integração regional na América do Sul, entendemos que hegemonias compartilhadas formadas a partir do desenvolvimento de eixos estatais de cooperação constituem-se importante instrumental de análise. Assim, partimos da tese de que é possível identificar, em cada um dos processos integracionistas sul-americanos, o eixo estatal central e, analisando as possibilidades, os desafios e os obstáculos deste eixo, perceber as possibilidades reais de consolidação e avanço do respectivo processo.

Historicamente, a primeira tentativa de formação de uma hegemonia compartilhada na América do Sul que pudesse direcionar os caminhos da região rumo ao desenvolvimento foi a proposta da criação de um Tratado entre Argentina, Brasil e Chile, apresentada pelo então ex-chanceler chileno, Frederico Puga Borne e pelo Barão do Rio Branco, então chanceler brasileiro, em 1909. O “Tratado de Cordial Inteligência Política e de Arbitramento” tinha, como objetivo principal, a realização de um trabalho conjunto para a manutenção da paz na região – condição *sine qua non* para o fortalecimento econômico. Além deste objetivo principal, estava implícita, nessas primeiras discussões em torno do que seria o ABC, a preocupação com a crescente projeção dos interesses estadunidenses na região e com as políticas intervencionistas dos Estados Unidos que já se faziam presentes em alguns países desde o final do século XIX.

A proposta do ABC que, por motivos diversos, nunca se concretizou de fato, foi ainda retomada em duas ocasiões. Em 1915, a assinatura do “Tratado para Facilitar a Solução de Controvérsias Internacionais” criou, oficialmente, o chamado Pacto ABC. Entretanto, embora o texto tenha sido aprovado pelos Congressos do Brasil e do Chile, foi rejeitado pela Câmara dos Deputados na Argentina, invalidando o Tratado. De qualquer forma, como aconteceu com o Acordo de 1909, o Tratado de 1915 serviu de inspiração para os futuros movimentos regionais que a América do Sul experimentaria no decorrer do século.

A terceira e última tentativa de aliança ABC foi protagonizada pela Argentina de Perón que governou o país de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. O governo de Perón e a chamada 3ª Posição sempre dividiram opiniões no meio político brasileiro, gerando importantes divergências entre a visão da embaixada brasileira em Buenos Aires, as pressões do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a vontade do executivo, principalmente durante o governo de Vargas. As divergências e desconfianças, nem sempre fundadas, geraram, do lado brasileiro, a chamada “Diplomacia de Obstrução”,

emperrando os debates em torno da cooperação e dos processos de integração. Do lado argentino, Perón buscava, conforme aponta Cervo, a cooperação bilateral e regional, a criação de um bloco de países que promovesse coletivamente o desenvolvimento e uma aproximação crítica com relação aos Estados Unidos, visto que este país era tido, por um lado, como o grande provedor da região, exercendo, entretanto, uma crescente dominação econômica e política que incomodava a Argentina.⁵ Foi a partir dessas premissas da política exterior argentina que Perón tentou resgatar a ideia de 1909 e 1915 e propor, novamente, a criação do Pacto ABC.

A falta de consenso do governo brasileiro em torno das intenções da Argentina e da proposta de Perón para resgatar a ideia do ABC, somada às desconfianças e aos atritos entre os dois países, além da forte influência dos Estados Unidos sobre a região, acabaram, mais uma vez, por inviabilizar a feitura de uma tríade regional formada por Argentina, Brasil e Chile.

De qualquer forma, a proposta da Operação Pan-Americana (OPA) idealizada por Kubitschek nos anos seguintes, a assinatura do TM60 e TM80 criando, respectivamente, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), e os avanços integracionistas da região a partir da década de 1980, mostraram que as discussões em torno do ABC geraram frutos e construíram na América do Sul uma tradição, uma trajetória em torno dos processos de integração regional que, apesar das dificuldades e obstáculos, geraram resultados bastante positivos.

Unasul, Defesa e Integração Regional: Hegemonia Compartilhada ou Disputa Hegemônica?

As discussões sobre a criação da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) tiveram início em 2004 em uma reunião regional acontecida em Cusco, no Peru. Inicialmente conduzido pela Venezuela de Hugo Chaves, o projeto recebeu o nome de Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações) com o objetivo principal de aprofundar a integração da região. Em 2008, já com o Brasil à frente das negociações, o ato constitutivo da Unasul foi assinado pelos doze países-membros. Diferente de outros

⁵ CERVO, A. L. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2007.

blocos que comumente iniciam os processos de integração através de acordos econômicos para depois avançar para esferas institucionais e políticas, a Unasul parece percorrer o caminho inverso, ou seja, surge a partir de discussões políticas sobre a necessidade de um maior compromisso dos países com a convergência de interesses que se expressam em seguida nas bandeiras do novo sujeito: a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a coordenação de acordos em diversas áreas.

De um modo geral, os dilemas compartilhados pelos países têm sido discutidos em dois fóruns principais: a) o Fórum Mundial Social, de caráter mais amplo, que, desde 2001 tem se configurado como um laboratório mundial de alternativas prévias para as Rodadas de Doha; b) o Fórum de São Paulo, composto por partidos, lideranças e movimentos de esquerda da América Latina e que tem, desde 1999, questionado o modelo neoliberal e proposto caminhos. Com relação ao Fórum de São Paulo, é interessante observar que muitos sindicalistas e militantes partidários que o compuseram na sua criação, hoje ocupam a presidência de diversos países latino-americanos.

Este movimento histórico recente que caracteriza a América do Sul, a saber: a crise da década de 80, as políticas neoliberais implementadas a partir da década de 90 e a subida ao poder de lideranças esquerdistas que contestam a ordem liberal, pode levar a uma equivocada impressão de que a região caracteriza-se pela homogeneidade de processos e interesses.

Entretanto, uma análise mais cuidadosa desnuda uma região dividida por princípios e posicionamentos divergentes, às vezes, antagônicos. Esta heterogeneidade de posicionamentos políticos configura-se como o primeiro desafio para processos de aprofundamento institucional de integração na região. Para apresentar esta realidade diversa, o presente artigo reporta-se ao trabalho de Alberto Rocha Valencia⁶. Segundo o autor, a América Latina (não apenas a do Sul) é dirigida atualmente por uma “esquerda moderada” não homogênea. Esquerda porque posiciona-se criticamente ao “caminho único” preconizado pelo Consenso de Washington e moderada porque atua dentro do sistema, de suas instituições e com suas regras de jogo. Ainda utilizando o trabalho de Rocha Valencia e focando especificamente a América do Sul, podemos destacar e

⁶ Rocha Valencia, A . La integración regional como vía para alcanzar la autonomía de América Latina. Revista Electrónica del Departamento de Estudios Ibéricos y Latinoamericanos de la Universidad de Guadalajara. http://www.contextualizacioneslatinoamericanas.com/pdf/n_2_contextualizaciones.pdf . Acesso em 27/09/2010.

analisar a região em três grupos distintos.

O primeiro grupo, chamado aqui de “Transformadores” é representado por Venezuela, Bolívia e Equador. Caracteriza-se por duras críticas ao neoliberalismo e propõe ênfase econômica-social do tipo neo-estruturalista radical, a formulação de uma doutrina neo-socialista, o chamado “socialismo do século XXI”. A partir desta concepção, são, na prática, países totalmente voltados para o latino-americanismo, buscando unidade, autonomia e integração da região. Neste sentido, defendem a institucionalização da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) – uma proposta latino-americana de integração.

O segundo grupo, nomeado de “Reformadores”, partilha das críticas feitas pelos transformadores ao panamericanismo, entretanto, assume uma posição anti-neoliberal menos radical. Compõem este grupo: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A prática política desses países na atualidade mantém algumas premissas do Consenso de Washington (abertura comercial, controle inflacionário, estabilização da moeda, controle do déficit público, etc.) mas repensa o modelo e volta-se para a elaboração de projetos de inclusão social, dando nova importância ao papel do Estado e ao interesse nacional. Neste sentido, diferente de um certo radicalismo presente nas propostas do grupo transformador, os reformadores representam mudanças parciais, um “caminho do meio” que possa, simultaneamente, considerar e manter alguns aspectos do modelo neoliberal e complementá-lo com um projeto de desenvolvimento social.

Por fim, no terceiro grupo estão os “Modernizadores” que, na América do Sul, são representados pelo Chile. Este país não se enquadra nos dois outros grupos, tendo em vista a adoção de propostas pró-Consenso de Washington. Embora o Chile critique o caráter dogmático do neoliberalismo, aposta em suas premissas, em um “neoliberalismo suave”. Neste sentido, o país tem mantido sua opção por acordos bilaterais e trilaterais, principalmente com os Estados Unidos, relegando a integração para um segundo plano. É importante observar que a ampliação dos acordos bilaterais da região, especialmente com os Estados Unidos após o enterro da Alca, tem se configurado com um dos principais obstáculos para os avanços integracionistas.

Para completar o time da Unasul, restam Colômbia e Peru, Guiana e Suriname. A primeira dupla com posições bastante alinhadas com os Estados Unidos, a segunda (países-membros do Caricom – a Comunidade do Caribe) tendo, na Unasul, a primeira oportunidade de um maior envolvimento com a América do Sul.

É importante registrar a criação do mais recente processo de integração na região

– a Aliança do Pacífico – que, alicerçada nos preceitos neoliberais e, portanto, muito mais próxima do modelo representado pelo Nafta, é composta por México, Chile, Colômbia e Peru.

A heterogeneidade política da região sul-americana, as possíveis discordâncias em torno do modelo de integração desejado (as perspectivas) e as discussões sobre o papel do Brasil nesses processos, apontam obstáculos importantes ao avanço da integração política sul-americana, representada pela Unasul.

Somadas a esses obstáculos, podemos destacar as disputas, de ordem variada, existentes entre alguns países da região. As divergências e os conflitos, ora latentes, ora eclodindo de fato, explicitam questões não resolvidas relacionadas ao espaço fronteiriço, ao tráfico de drogas, armas e pessoas, à prostituição, etc., que ramificam-se rapidamente para outros países da região, geram instabilidade e insegurança. É neste aspecto que podemos pensar na Defesa como uma das áreas que podem contribuir para a consolidação de uma Hegemonia Compartilhada na América do Sul e, conseqüentemente, para o avanço da integração na região através da Unasul.

Evidentemente a área da Defesa é uma das mais sensíveis nas relações internacionais. Os processos de integração têm mostrado que, em nome dos avanços integracionistas, países abrem mão de sua moeda nacional, repensam e relativizam seus interesses individuais, fazem aporte financeiro em instâncias supranacionais, mas, com relação à Defesa, os receios são maiores e as possibilidades de arranjos regionais nessa mais difíceis. Mesmo na União Europeia onde o tema de Segurança e Defesa tem sido discutido há algum tempo e demonstra alguns avanços, a área continua sensível e com um longo caminho a ser percorrido.

Com relação à América do Sul, é importante recordar que o início do século XX foi marcado por um clima de tensão entre os países. Apesar do fim da Guerra do Paraguai (1864–1870), havia questões pendentes de fronteira, um sentimento generalizado de ameaças imperialistas e às soberanias, questionamentos sobre a ampliação militar de alguns países com o risco de uma corrida armamentista e o impacto desses fatores nas economias nacionais.

É importante lembrar que o gasto do Brasil na Guerra do Paraguai e nos primeiros anos da República, esses marcados por vários conflitos domésticos, somado à necessidade urgente de reformulação de sua fragilizada Marinha de Guerra, geravam grande preocupação econômica no país e desconfiança nos países vizinhos que viam no Brasil uma constante ameaça. Isto fazia com que o Brasil ficasse meio isolado na região

e exigia posturas da diplomacia que reconfigurassem a imagem do país. Rio Branco, experiente e atento aos fatos e aos movimentos do cenário internacional, anunciava uma posição de destaque do Brasil na região e atuou em várias frentes, buscando a concretização dos interesses do país.

Duas principais realizações do Barão merecem destaque: a solução das questões de fronteira que envolviam o Brasil, possibilitando que a política externa se ocupasse com outras atribuições, e a consolidação do redirecionamento da política externa do país - um deslocamento do eixo diplomático de Londres para Washington – tendo em vista o fato de que os Estados Unidos ofereciam, na época, maiores oportunidades econômicas, especialmente com relação ao café.

No que tange ao entorno regional, o Chanceler brasileiro buscava mostrar aos países vizinhos que, embora o Brasil buscasse se consolidar como uma liderança, em nenhum momento o país assumiria uma posição imperialista. Este esforço de Rio Branco é explicitado em alguns princípios assumidos pelo país: i) a abstenção nos assuntos domésticos dos países; ii) os esforços pela estabilidade política da região; e iii) a busca pela liderança sem imposição e sem intenções expansionistas.

É neste cenário que começam as discussões, no final da primeira década do século, sobre as parcerias regionais necessárias para a segurança e para o desenvolvimento da América do Sul, e é quando surgem também os debates em torno da formação de uma “hegemonia compartilhada” entre Argentina, Brasil e Chile.

A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano no âmbito da Unasul marca um avanço importante no que se refere à consituição de um arranjo regional em torno da Defesa. Muitos trabalhos têm sido desenvolvidos sobre as possibilidades e os desafios para os avanços do CDS.

Pensando a partir da possibilidade da constituição de uma hegemonia compartilhada na América do Sul que, no contexto da Unasul, seria formado por Argentina, Brasil e Venezuela, a análise requer uma base teórica diferente das tradicionais análises idealista/liberal e realista. De antemão, é importante atentar para o caráter acrítico dessas duas teorias no que concerne às desigualdades, assimetrias e contradições que caracterizam as relações internacionais. Mais do que isso, embasadas pela corrente positivista, cada uma à sua maneira justifica a realidade - dentro dos moldes capitalistas ocidentais - ao vestirem-se de pretensa neutralidade e universalismo.

Atualmente, é possível verificar, nas discussões e análises sobre o cenário internacional, proposições idealistas e realistas. Aquelas buscando restaurar as

premissas da democracia neoliberal que marcou o final do século XX e o início do XXI; estas pautadas, fundamentalmente, na securitização do mundo a partir das chamadas novas ameaças.

Assim, analisar a América do Sul na contemporaneidade para além das disputas hegemônicas e, ao contrário disso, buscar explicitar meandros políticos que apontam para uma Direção Compartilhada entre os três principais países da região (Argentina, Brasil e Venezuela) exige uma postura teórica mais crítica, uma certa autonomia de pensamento com relação ao *mainstream* teórico das relações internacionais e uma nova maneira de se pensar a integração regional a partir das especificidades que marcam a região e cada país que a compõe.

Considerações Finais

Como considerações finais, afirmamos que - em uma região onde os processos de integração são organizados, institucionalmente, pela intergovernabilidade - a constituição de um eixo central, formado pelos países mais expressivos, é fundamental para avanços concretos. No caso da América do Sul, uma hegemonia coletiva de Argentina, Brasil e Venezuela (o ABV) representa este eixo e, atualmente, se coloca como uma possibilidade real, apesar das diferenças existentes entre os três países, para a consolidação de um modelo próprio e autônomo de integração regional na América do Sul. A Defesa, uma das áreas mais sensíveis nas relações internacionais, se coloca, assim, como uma das mais importantes para os avanços integracionistas na região.

Bibliografia

BARNABE, I. R. O Estudo das Relações Internacionais na América Latina: teorias em xeque? *Revista Contextualizaciones Latinoamericanas*. Ano 2, Nº 2, Janeiro-Junho de 2010.

BARROS CARVALHO E MELLO MOURÃO, G. *O Haiti e o Brasil no Mundo*. Artigo apresentado no II Seminário de Alto Nível sobre Política Externa, Palácio do Itamaraty, Brasília, março de 2011.

BEDIN, G. A. O Realismo Político e as Relações Internacionais: algumas reflexões sobre o Paradigma Tradicional das Relações Internacionais. _____ . *Paradigmas das Relações Internacionais*. Ijuí: Unijuí, 2000.

CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Editora da UnB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

DIAS, M. *Uma visão intempestiva – um legado intemporal: Woodrow Wilson e a irresistível tentação da paz democrática*. Artigo apresentado na Conferência “Os Estados Unidos e a Ordem Internacional” realizada pela Fundação Luso-Americana (FLAD), 2004.

MERLE, M. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

MIYAMOTO, S. O Ideário da Paz em um Mundo Conflituoso. BEDIN, G. A. *Paradigmas das Relações Internacionais*. Ijuí: Unijuí, 2000.

MORGENTHAU, H. J. *Politics Among Nations: the struggle for power and peace*. 6^a ed. New York: McGraw-Hill, 1985.

SALOMÓN, M. La teoría de relaciones internacionales en los albores del siglo XXI: diálogo, disidencia, aproximaciones. *Revista CIDOB D’Affairs Internacionals*, N. 56, 2001, p. 7 – 52.

VIGEVANI, T. (at al). A contriduição marxista para os estudos das relações internacionais. *Revista Lua Nova*, nº 83, 2011.